

Prêmio Ministro Gama Filho 2018 – ESCOLA DE CONTAS E GESTÃO / TCE - RJ

TEMA:

A crise financeira no Estado do Rio de Janeiro: Diagnóstico e propostas de
superação

TÍTULO DO TRABALHO:

UMA NOVA GOVERNANÇA PARA A RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE
ECONÔMICA FLUMINENSE

SUMÁRIO

Introdução	3
1 - Condicionantes históricas: Acúmulo de perdas econômicas e fragilidades institucionais	4
2 - Estado de Calamidade Pública: Evolução financeira de uma falência previsível	10
3 - A estrutura produtiva fluminense: Seus ativos e seus desafios	14
3.1 - A dependência do setor de petróleo	14
3.2 – A aposta em novas frentes	18
4 – Virando o jogo: Nova gestão para a retomada do crescimento	21
Conclusão	28
Referências bibliográficas	29

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro atravessa uma crise financeira que já há tempos se desenhava, por diversos fatores que se agravaram, comprometendo o equilíbrio das contas públicas, com efeitos que ainda se estenderão para os próximos anos.

Na realidade, o colapso fiscal e financeiro do Estado tem raízes amplas na sua história, que incluem a transferência da Capital Federal para Brasília em 1960, a cassação de diversas lideranças políticas do Estado em 1964 e, posteriormente, a mal planejada Fusão entre os estados do Rio e da Guanabara, que jamais logrou integrar efetivamente capital e interior e atenuar seus desequilíbrios. Representam um somatório de percalços que fragilizaram gradativamente a arquitetura institucional do Estado. Embora esse trabalho não se proponha a detalhar todas essas condicionantes históricas, elas são consideradas de forma sucinta no capítulo 1 como antecedentes aos fatores críticos analisados no capítulo 2, evidenciados mais severamente último quinquênio.

Da mesma forma, as soluções aqui apresentadas para a reversão da crise também não pretendem exaurir as inúmeras frentes que podem e devem ser atacadas, sendo que duas delas já estão em curso com o apoio do governo federal, a primeira é o Regime de Recuperação Fiscal firmado com a União em 2017 e previsto até 2023¹, a segunda é o fortalecimento da política de combate à criminalidade, uma das mais nevrálgicas causas e consequências da crise fluminense. Paralelamente existem diversas ações em curso por parte da sociedade civil como os movimentos “Juntos Pelo Rio” e “Reage Rio”.

Na premissa de que muitos resultados projetados do citado Regime dependem da recuperação da economia e de que a ampliação e o fortalecimento da base produtiva são responsáveis diretos por maior arrecadação, geração de empregos e dinamização do ambiente de negócios, a proposta do presente trabalho

¹ De acordo com o Plano aprovado pelo Governo Federal, com duração de 3 (três) anos prorrogáveis por igual período, o ajuste fiscal está dividido em quatro pontos principais: suspensão temporária da cobrança de dívida do Estado com a União; aumento de receitas por meio de corte de isenções e mudanças nas alíquotas de contribuição previdenciárias; corte de despesas; e obtenção de empréstimos junto a bancos públicos e privados.

tem como foco a melhoria, expansão e diversificação da atividade produtiva no Rio de Janeiro.

Se esse aspecto estruturante estiver no rumo adequado, haverá de se somar às medidas emergenciais adotadas, possibilitando que os esforços para a retomada do crescimento no Estado não venham a sofrer solução de continuidade. As estratégias nesse sentido são apresentadas nos capítulos seguintes. As atuais potencialidades econômicas e os ativos logísticos do Estado estão descritas no capítulo 3, complementando-se com as ações necessárias para a sua melhor gestão apresentadas no capítulo 4, apontando a agenda que tem por objetivo reformular a estrutura e processo de governança do estado no que tange à política de desenvolvimento da economia fluminense.

1 – Condicionantes históricas: Acúmulo de perdas econômicas e fragilidades institucionais

Ainda é de causar espanto o curto espaço de tempo decorrido entre a edição de novembro de 2009 do “*The Economist*”, que fazia alusão ao momento favorável do país com o Cristo Redentor em plena decolagem, até o fundo do poço que ensejou a decretação da “calamidade pública no âmbito da administração financeira”, publicado em junho de 2016 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Embora atrelada à conjuntura nacional, o contraste é particularmente acentuado em se tratando dessa unidade federativa, não apenas pela icônica imagem de capa da revista, mas também pelo Rio ter se postulado como centralidade de um promissor ambiente de negócios, palco de grandes eventos culturais e esportivos, com destaque para os jogos olímpicos e paraolímpicos.

Por trás da cortina de fumaça, no entanto, diversos fatores cruciais pavimentaram o caminho para o cadafalso na economia e finanças do Rio de Janeiro, com destaque para eventos que marcaram a trajetória institucional do Estado. Dentre esses, a transferência da capital federal para Brasília representou um marco de certa forma sintetizador do processo de esvaziamento econômico.

Hasenclever, Paranhos e Torres (2012) atribuem à mudança da capital o atraso na definição de uma nova estratégia de retomada do crescimento da metrópole, que por sua vez subtraiu a prevalência de serviços mais dinâmicos e associados ao desenvolvimento industrial, concentrando-se mais na prestação de serviços às famílias, e favorecendo a maior importância do comércio varejista sobre o atacadista, ocasionando perda do dinamismo relativo da economia fluminense.

O característico “pensamento nacional da população carioca” - mídia, políticos eleitos pelo Distrito Federal e formadores de opinião – que ao longo dos anos pouco se habituou às preocupações mais “locais” não vislumbrou os prejuízos que a mudança da capital infligiria ao Rio de Janeiro, sendo registrado em pesquisa do Ibope de março de 1960 que 73% aprovavam a mudança da capital e 62% acreditavam que a nova capital traria benefícios ao país.

Com os efeitos mais nítidos a partir dos anos 1970, o Rio passou a apresentar expressiva perda de participação no PIB nacional. A trajetória pós-60 derivou também do fato de, nos territórios da Guanabara e do antigo Estado do Rio, entre 1960 e 1974, o novo território fluminense não se ter conseguido lograr, do ponto de vista da formulação da constituição de uma hegemonia política, a elaboração e execução de uma estratégia regional de fomento ao desenvolvimento econômico-social, que contornasse a ruptura ocorrida com a transferência da Capital.

Posteriormente, a maior turbulência nos aspectos econômico e político se seguiria à pouco planejada fusão dos antigos Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1974. A unidade federativa resultante teve em sua administração sucessivos governos de oposição ao poder central no país, e a partir da década de 80, a economia fluminense seguiu sua trajetória de redução de participação na produção nacional, sem conseguir responder positivamente à crise econômica e fiscal que se instaurou no país.

Na esteira do segundo choque do petróleo e da forte elevação das taxas de juros na economia internacional, a crise dos anos 1980 atingiu de forma severa a indústria fluminense em geral, com perfil caracterizado pela concentração de setores de bens intermediários. Esses atuavam de modo complementar à estrutura produtiva nacional e, por conseguinte, sofreram o impacto direto da retração de demanda do mercado interno. Contribuiu também o baixo dinamismo das atividades terciárias,

tendo em vista sua importância para a estrutura urbana metropolitana regional, responsável por grande parte da renda e do emprego estaduais.

Os desequilíbrios históricos não favoreceram para que, a exemplo de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, o Estado do Rio de Janeiro pudesse desenvolver polos dinâmicos para além da sua Região Metropolitana. A disparidade social e econômica se reflete na RMRJ, com mais de 12 milhões de pessoas e 71,7% do PIB estadual, 48,7% relativos à cidade do Rio de Janeiro, concentrando grande parte dos empregos e negócios na região central da capital. O exemplo do desequilíbrio regional é atestado quando verifica que a Região Norte, segundo maior PIB do estado, participa com apenas 10,3% do Produto Interno Bruto. O Rio de Janeiro é o estado da federação que apresenta a maior desproporção econômica e demográfica entre a Região Metropolitana e o interior.

A centralidade da metrópole cristaliza disfunções de várias ordens, inclusive a penetração pouco eficiente do atendimento dos órgãos de fomento nos municípios do interior. Devido à reduzida capilaridade administrativa, a maioria dos órgãos públicos que atuam na área de desenvolvimento, incluindo o banco de fomento, operam ainda em uma postura “de balcão”, conseqüentemente não conseguem interagir de forma adequada com os empresários e os governos municipais no sentido de identificar e apoiar nichos locais de oportunidades de negócios.

No reboque do processo até aqui descrito, o Rio de Janeiro viu sair do seu território inúmeras empresas devido aos altos índices de violência verificados, como exemplo cita-se a L’Oreal empresa sediada há décadas no estado. O impacto também se fez sentir nos turístico e comércio, além de ter diminuído o número de feiras e exposições realizadas no Rio. Nota no site do Sindilojas² dá bem a medida do impacto negativo da violência sobre a economia fluminense:

Gastos de quase R\$ 1 bilhão com segurança, frete 40% mais caro, fechamento de lojas e suspensão de investimentos são os rastros econômicos deixados pelo aumento da violência urbana no Rio. A Magazine Luiza anunciou esta semana que, das 60 lojas que vai abrir no país, nenhuma será no Rio por causa da violência. Os gastos com segurança privada e vigilantes, equipamentos eletrônicos, grades, blindagens, reforços de portas e vitrines e seguros chegaram a R\$ 996 milhões somente este ano, segundo dados do Clube de Diretores Lojistas (CDL-Rio).

² VIOLÊNCIA urbana no Rio intensifica efeitos da recessão em <http://www.sindilojas-rio.com.br>

O frete para a distribuição das mercadorias por transportadores subiu em média 40%, segundo as empresas que operam no setor. Nos sete primeiros de 2017, foram 6.860 casos de roubo de carga, o equivalente a 870 episódios por mês. No ano passado, essa média estava em 822. Os ataques a caminhões de carga dos Correios no estado cresceram 117% este ano. Por causa da violência, os Correios estão preparando plano logístico de segurança especialmente para o Rio de Janeiro, segundo a empresa, para preservar a integridade física dos empregados e da carga. (Sindilojas, 15/09/2017)

É ilustrativo o exemplo do Distrito Industrial da Fazenda Botafogo. Situado às margens da Avenida Brasil, nas décadas de 80/90 era uma área bastante disputada pelas empresas, com fila de espera para aquisição de lotes, mas hoje definha cercado pela violência e por inúmeros galpões abandonados da região. Por outro lado, também chama atenção o caso de Queimados, município da Baixada Fluminense, que ficou no topo da lista do Atlas da Violência 2018³, sendo uma área que recentemente se beneficiou de incentivos para a atração de diversas indústrias.

Para se ter ideia dos efeitos da criminalidade em termos econômicos, segue a estimativa do Relatório de Conjuntura nº 04, da Presidência da República:

Estima-se que, para cada homicídio de jovens de 13 a 25 anos, o valor presente da perda da capacidade produtiva é de cerca de 550 mil reais. A perda cumulativa de capacidade produtiva decorrente de homicídios, entre 1996 e 2015, superou os 450 bilhões de reais. Os custos econômicos da criminalidade cresceram de forma substancial entre 1996 e 2015, de cerca de 113 bilhões de reais para 285 bilhões de reais. Isso equivale a um incremento real médio de 4,5% ao ano. Em 2015, os componentes, em ordem de relevância eram: segurança pública (1,35% do PIB); segurança privada (0,94% do PIB); seguros e perdas materiais (0,8% do PIB); custos judiciais (0,58% do PIB); perda de capacidade produtiva (0,40% do PIB); encarceramento (0,26% do PIB); e custos dos serviços médicos e terapêuticos (0,05% do PIB), alcançando um total de 4,38% da renda nacional. (RELATÓRIO 04, Sec.Esp.de Assuntos Estratégicos, 2018).

Figura 1 - Distrito Industrial da Fazenda Botafogo e vizinhança

³ Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que registra dados de 309 cidades do Brasil. Dados referentes a 2016.



Ao lado do distrito industrial, o Complexo do Chapadão e da Pedreira. As duas comunidades estão entre as favelas mais violentas da Região Metropolitana.

Além da falta de segurança - em escala crescente no Rio de Janeiro, a ponto de ensejar intervenção militar - essa “fuga” de investimentos deriva de outros tantos fatores, que Silva (2012) classifica como “marcas tão presentes na sociedade fluminense”: favelização, informalização acentuada em estratos do mercado de trabalho metropolitano, degradação urbana e ambiental, exclusão social, falta de eficácia nos processos (excesso de burocracia) etc, “resultantes de décadas de abandono de políticas públicas”.

Soma-se a isso a elevada carga tributária do Rio, notadamente para os produtos/serviços considerados empresarialmente estruturantes - energia elétrica, combustíveis e telecomunicação - presentes em todas as atividades, em contraste com os incentivos concedidos por outros estados limítrofes e/ou concorrentes.

A questão dos benefícios fiscais já perdura há tempos, desde o auge, nos anos 1990, com a corrida entre os estados para a atração de grandes projetos como montadoras de veículos, sem que as ressalvas do Tribunal de Contas da União

(TCU) e as resoluções do CONFAZ consigam inibir essa prática. Vários ministros do Tribunal se pronunciaram recentemente sobre o assunto, considerando que a magnitude das renúncias fiscais afetou o equilíbrio das contas, sendo “o novo vetor da desigualdade”, e afirmando que “o país tem um encontro marcado com esses benefícios fiscais concedidos sem critério, sem análise de custo-benefício”.⁴

A realidade é que os subsídios fiscais têm sido utilizados pelos estados e países como instrumento de política pública no processo de atração de empresas e para corrigir desequilíbrios regionais. A experiência nacional - SUDENE e SUDAM, e internacional, México, China, Irlanda e até os EUA, mostram isso. A empresa Amazon recebeu oferta de incentivos fiscais de até U\$ 7 bilhões de diversas cidades americanas e do Canadá para instalar a nova unidade que irá gerar 50.000 empregos. A questão não é caracterizar os benefícios fiscais como os grandes vilões da crise pela renúncia de receita, e sim calibrar esses incentivos para que gerem efetivamente a contrapartida esperada em termos de novo dinamismo econômico, renda, postos de trabalho e impostos, no primeiro momento decorrente do efeito renda, e no longo prazo, pela unidade empresarial beneficiada.

Isso requer orientação precisa da política industrial e sistemática avaliação dos resultados. Nesse sentido, o direcionamento de incentivos para o interior teria o efeito de aliviar a excessiva concentração na Região Metropolitana e de estimular a diversificação produtiva, potencializando encadeamentos dinâmicos pelo território estadual.

Nos últimos anos, o Governo do Rio tem feito análise dos pedidos de concessões e renovações via CPPDE- Comissão Permanente e Políticas para o Desenvolvimento Econômico que reúne integrantes de várias pastas como Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Educação, Agricultura, Transportes e Obras, mas carece de um norte de prioridades, ficando muito na dependência das expectativas declaradas pelo solicitante, sem contar que a legislação que regula a matéria apresenta distorções. Como exemplo, cita-se os incentivos fiscais concedidos através da Lei 6979/15 (diferimento de ICMS) e a Lei 5636/2010 - ICMS 2%.

Esses dispositivos legais tinham por objetivo fomentar o desenvolvimento dos municípios do interior de pequeno e médio porte com menor IDH, tais como Bom

⁴ As renúncias. M. Leitão. O Globo. 16/06/2018. Ministros Vital do Rego, José Múcio e Bruno Dantas

Jardim, Cambuci, Natividade e Porciúncula, mas acabaram contemplando igualmente municípios como Campos, capital do petróleo e Queimados, na Região Metropolitana, desvirtuando completamente a proposta original.

2 - Estado de Calamidade Pública: Evolução financeira de uma falência previsível

Em 2016 o Estado do Rio de Janeiro foi obrigado a decretar estado de calamidade pública por meio da Lei nº 7.483, prorrogado pela Lei nº 7.627/17, devido à grave crise fiscal e às incertezas de incremento das receitas tributárias decorrente da ação deletéria de três fatores ocorridos simultaneamente: (a) crise econômica nacional (b) aumento da insegurança; (c) corrupção. A esses fatores pode-se acrescentar um quarto, qual seja a deficiente gestão do orçamento público. As últimas administrações desconheciam o agravamento do quadro fiscal que há algum tempo emitia sinais da insustentabilidade da situação financeira.

No período anterior à decretação do estado de calamidade pública, o governo estadual se defrontava com o seguinte cenário: funcionalismo com atrasos nos salários, moratória do pagamento da dívida com fornecedores, União e instituições de crédito, sucateamento dos serviços públicos, obras paralisadas, arrestos financeiros, enfraquecimento político do poder executivo, denúncias de desvio de recursos financeiros nas obras e serviços envolvendo empresas e secretarias estaduais, Legislativo e o Tribunal de Contas do Estado.

Decisões judiciais impetradas no exercício de 2016 e 2017 contra o Estado do Rio de Janeiro resultaram em arrestos superiores a R\$ 11,5 bilhões para pagamento do funcionalismo público e ações diversas, compra de medicamentos, e de requisições de recursos para a execução de contra garantia contratual de dívida estadual. Os arrestos realizados vinculados a decisões judiciais somaram cerca de R\$ 1 bilhão nas contas do Tesouro Estadual, com impactos que incidiram também nas contas de terceiros, inclusive em operações de crédito.

Devido à asfixia fiscal, e sem outra opção, em 2017 o governo assinou com a União o Plano de Recuperação Fiscal que estipula metas de redução de despesas e

aumento da receita. Seguiu-se então o processo de saneamento das contas, com medidas estruturantes visando adequar as despesas ao perfil da receita.

É importante ressaltar que as causas que levaram o governo a decretar estado de calamidade não surgiram de uma hora para outra. Ao contrário, tal como o fenômeno dos tsunamis, cujas ondas se formam a centenas quilômetros, o colapso do Rio começou a se materializar em meados dos anos 2000, mas aparentemente não era percebido, ou foi ignorado, pelas sucessivas administrações do Estado. A situação era mascarada pelo aumento do endividamento e da receita tributária que, mesmo crescendo num ritmo abaixo do desejável, conseguiu por algum tempo sustentar a irresponsabilidade fiscal.

A Tabela 1 apresenta dados relativos a diversas rubricas orçamentárias no período compreendido entre 2013 e maio de 2018, e evidenciam a evolução do processo de deterioração do quadro fiscal. Em apenas seis anos a rubrica Pessoal e Encargos que participava com 29,3% das despesas, passou para 71,9%, aumento de 145,4%. O que poderia ser um fato positivo - redução de 50% das despesas correntes no período - na verdade reflete a difícil situação financeira do Estado. Devido à indisponibilidade de recursos, foi obrigado a reduzir drasticamente as compras, além de não ter honrado o pagamentos das diversas rubricas relativas a despesas correntes, tais como manutenção, juros, aquisição de bens de consumo. Por último, chama atenção a radical redução dos recursos canalizados para investimentos, que passam de 9,6% em 2013 para 0,7% em 2018, significando queda de 92,7%.

Tabela 1 - Evolução percentual das contas (2013-2018*)

Ano	Outras Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	Investimentos	Amortização	Juros
2013	52,6	29,3	9,6	4	4,1
2014	53,4	27,5	10,1	4,6	4,3
2015	45	33,7	10,1	1,3	5,8
2016	49,9	38,1	4,2	3,3	4,5
2017	33,9	62	1,5	1,3	1,3
2018*	26,4	71,9	0,7	0,9	0,2

Fonte: Elaboração dos autores, a partir do site da SEFAZ/RJ * Até Maio

Na Tabela 2 observa-se que em 2007 a Previdência comprometeu 6,5% do orçamento, em 2013 o índice passou para 17,5%, chegando a 34,8% em 2017, ou seja, em apenas quatro anos seus gastos dobraram, além de se constituir na rubrica com a maior participação orçamentária, bem acima da educação, 10,0%, e saúde, 9,6%.

Tabela 2 – Despesas por Função de Governo

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Previdência Social	6,5%	17,6%	17,9%	16,6%	17,6%	18,4%	17,5%	22,0%	21,1%	26,4%	34,8%
Segurança Pública	11,6%	7,5%	7,9%	8,0%	8,4%	10,0%	10,3%	12,6%	15,0%	17,3%	14,7%
Educação	15,4%	12,2%	12,5%	12,6%	12,5%	9,5%	8,8%	10,2%	10,5%	11,2%	10,0%
Saúde	7,1%	7,1%	8,1%	7,2%	7,1%	7,6%	7,2%	8,3%	8,5%	8,4%	9,6%

Fonte: Contas do Governo 2017 SEFAZ RJ- site

Para se ter clareza do comprometimento das contas do Estado, dados comparativos do Boletim de Finanças Públicas dos Entes Nacionais (2017), da Secretaria do Tesouro Nacional, mostram que o crescimento real das despesas com pessoal do Rio de Janeiro, no período entre 2009 e 2015, foi a maior (70 %) entre todas as unidades da federação (mediana = 38%), sendo mais da metade representada por inativos.

Em 2017 a despesa previdenciária foi igual a R\$12,9 bilhões, e a contribuição dos funcionários ativos, inativos e pensionistas respondeu por apenas 14,7% do total - R\$ 1,9 bilhões - complementados por R\$ 5,5 bilhões do orçamento do estado e R\$ 5,5 bilhões da receita dos royalties do petróleo. A soma das despesas de aposentadoria, pensão e restituição de royalties e “outras despesas” totalizaram R\$ 23,6 bilhões, o que determinou um déficit de R\$ 19,7 bilhões nas contas do Rio Previdência. Segundo as projeções constantes no Plano de Recuperação Fiscal, os gastos com a aposentadoria e pensões passarão de R\$ 18,0 bilhões em 2018 para R\$ 22,9 bilhões em 2023, aumento de 27,2%.

Por outro lado, ao se utilizar métricas econômicas referenciadas aos principais estados da federação, igualmente se constata que o desempenho da economia fluminense, a geração de receita tributária e empregos, evoluíram num ritmo inferior.

Entre 2000 e 2017 a participação da arrecadação total de ICMS do estado do Rio de Janeiro no conjunto nacional sofreu redução de 25% (Santa Catarina +30%), a maior dentre os estados da federação, houve igualmente retração do ICMS industrial, que passou de 9,3% para 5,6%, (Paraná +107%), redução de 40%, igualmente o maior do país. Também o setor terciário reduziu sua participação no conjunto ICMS nacional, passando de 10,4% para 9% (Minas Gerais + 32,7%), queda de 13,8%. Entre 2000 e 2017 apenas dois estados, São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram perda de participação no total do ICMS gerado no país.

Utilizando-se o Produto Interno Bruto como referência, verifica-se que entre 2002 e 2015 o PIB do estado do Rio de Janeiro passou de 12,4% para 10,9%, queda de 41%, a maior do Brasil. São Paulo apresentou igualmente recuo, -7,1%, assim como o Rio Grande do Sul, -4,5%. Os estados do Paraná e Santa Catarina apresentaram expansão, nos dois casos o índice foi 5,1%, seguido de Minas Gerais com +3,6%. Pelo exposto verifica-se a desproporcionalidade da queda do PIB fluminense quando comparada aos índices verificados em São Paulo e Rio Grande do Sul.

Quando se utiliza como base de análise o saldo da geração de empregos, constata-se que entre 2003 a 2017 a participação do Estado do Rio de Janeiro no número de empregos gerados no país sofreu recuo, passando de 9,2% para 8,8%. A estratificação por períodos e a comparação com alguns estados demonstrou que quando a geração de empregos no Rio de Janeiro era positiva, o incremento percentual ficava abaixo dos estados selecionados e quando era negativa, o índice era maior, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Evolução do Número de Empregos x1000
Saldo

Estado	2003 A	2010 B	B/A %	2014 C	C/B	2017 D	D/C %	D/A
RJ	2.508	3.300	31,6	3.863	11,7	3.342	13,5	33,3
MG	1.745	3.618	107,3	4.214	16,5	3.901	7,4	123,5
SP	8.169	11.199	37,1	12.736	13,7	11.813	7,2	44,6
RGS	1.745	2.237	28,2	2.679	19,8	2.512	6,2	44,9
PR	1.609	2.256	40,2	2.698	19,6	2.569	4,8	59,7

SC	1,210	1.690	39,7	2.028	20,0	1.961	3,3	62,1
BR	26.817	35.534	32,5	40.989	15,35	37.869	7,6	41,2

Fonte: site do CAGED, visita em 5/7/18

Entre 2010/2014, período que a Petrobras fez vultosos investimentos na Bacia de Campos, pré sal e COMPERJ, o percentual do incremento do número de empregos do Rio foi o pior dentre as unidades da federação consideradas e mesmo em relação à média nacional, contrariando a crença da ocorrência de boom econômico neste período. Na fase caracterizada pela crise econômica, 2014/2017, todos os estados tiveram saldos negativos de empregos, mas o Rio de Janeiro foi o que apresentou o pior desempenho, perdeu 13,5%, com a média nacional em -7,6%.

Também quando se analisa o saldo de empregos do Brasil e dos estados referenciados no período compreendido entre 2003/2017, quinze anos, verifica-se que todos tiveram saldo positivo, só que percentualmente o resultado do Rio de Janeiro foi o que apresentou o pior resultado, 33,3%, ficando bem abaixo de Minas Gerais, 123,5% e da média nacional, 41,2%.

O exposto mostra que a decretação da insolvência financeira do Estado era questão de tempo e ela veio a reboque da crise econômica que se abateu no país em meados de 2014. O aumento da receita tributária e do endividamento estadual, que em parte mascarava o “tsunami” em formação desde meados dos anos 2000, chegou em 2016 cobrando uma alta conta.

3 – A estrutura produtiva fluminense: Seus ativos e seus desafios

3.1 - A dependência do setor de petróleo

O petróleo e a cadeia petroquímica representam um ativo de enorme importância para o Estado, respondendo por receitas brutas que incluem royalties, participações especiais e fundo especial de petróleo. As possibilidades derivadas do setor se espalham pelo território, incluindo a região no entorno de Macaé, o refino do petróleo na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e no polo petroquímico Comperj, em Itaboraí, o apoio *off-shore* em portos existentes (Rio, Açu) ou projetados (TPN, em

Maricá) e definindo oportunidades para ativos logísticos como o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, que funciona como porto seco aduaneiro operado pela iniciativa privada, e o aeroporto de Macaé.

No auge da cotação, o barril de petróleo tipo *brent* superou US\$ 115 em 2014, após o que iniciou trajetória de queda, chegando ao fundo do poço em 2016, abaixo de US\$ 28. Mesmo com lenta recuperação nos anos seguintes, não chegou perto do nível em que mantinha as contas em saldo positivo, oscilando atualmente em torno de US\$ 80. Embora seja um preço superior às previsões, é insuficiente para equilibrar a conta previdenciária, e se traduz em receita temporária flutuante, já que o petróleo é uma commodity sujeita a grandes oscilações de preço, com sua cotação influenciada por diversos fatores.

A estimativa do Governo do Estado é que os recursos dos royalties e das participações especiais alcançará valor próximo a R\$ 20 bilhões em 2030, mas se persistir o déficit da previdência pública, não haverá praticamente margem para usar esses recursos em investimentos.

Por outro lado, usando um termo do mercado em relação ao petróleo, pode-se dizer que o seu impacto negativo sobre a economia já foi “precificado”. As empresas do segmento que resistiram à recessão estão operando dimensionadas ao tamanho atual do setor, ou seja, as demissões já ocorreram, assim como o encolhimento da atividade operacional.

Mas é certo que, se a atividade foi tão determinante há cerca de três anos no processo de esvaziamento da economia, atualmente mostra menor dinamismo para alicerçar a retomada do crescimento fluminense. O nível de geração de imposto é relativamente reduzido, de vez que as empresas diretamente envolvidas na cadeia de produção e prospecção do petróleo contam com regimes especiais de recolhimento de ICMS, como o Repetro, ora em discussão pela ALERJ e governo do Estado. Constata-se também que a importância do petróleo para a sociedade tende a diminuir no decorrer dos anos, já que a transição do modelo calcado no carbono para economia verde vem ocorrendo em ritmo acelerado. A previsão do prazo para o fim da era do petróleo varia entre analistas, mas a maioria concorda que ele é irreversível.

Por fim, mas não menos importante, o protagonismo do petróleo na economia do Rio⁵ tende a deixar em segundo plano o adensamento de outras cadeias produtivas, com base na premissa de uma riqueza para os cofres do Estado que não é de todo procedente. Com efeito, quando a Petrobras informa que vai investir “x” bilhões na Bacia de Campos ou no pré-sal do Rio de Janeiro, a notícia ecoa como se o Estado fosse receber todo investimento anunciado, e tanto o governo quanto entidades empresariais contabilizam o valor total anunciado no rol dos investimentos a ser realizado no Estado.

Ocorre que a grande parte dele será direcionada para outras unidades da federação, ou para o exterior, onde será realizada a compra de relevante parcela dos equipamentos e a contratação dos serviços, volume substancial dos impostos e empregos será gerado fora do Estado. Embora o impacto da cadeia do petróleo beneficie com royalties dezenas de municípios⁶, inclusive municípios distantes da Bacia de Campos ou do pré-sal, a realidade é que em termos de empregos e movimentação da atividade econômica municipal, os impactos mais substantivos ficam concentrados nas cidades de médio porte que são bases de apoio das plataformas offshore, como Campos, Macaé e Rio das Ostras.

Para se avaliar a pertinência do que foi acima exposto considerou-se a evolução dos empregos de setores diretamente relacionados com a atividade do petróleo, tendo sido selecionados na base de dados do Caged os seguintes segmentos: “Extração de Petróleo e Gás”, “Atividades Relacionadas com a Atividade de Petróleo” e “Construção de Embarcações”. Paralelamente, ficaram de fora atividades relevantes em termos de geração de empregos, como prestação de serviço, construção civil e comércio⁷.

Os dados da tabela abaixo mostram que a geração de empregos dos setores selecionados experimentou expansão até 2014, sendo o auge foi em 2012, com forte queda em 2013 e 2014, a partir de 2015 o saldo passou a ser negativo, -16.667

⁵ Em 2017 os royalties do petróleo corresponderam a 12 % das receitas no Rio de Janeiro, enquanto em São Paulo, o segundo maior produtor, o peso foi de 0,82 %.

⁶ Maricá é hoje o maior beneficiário, tendo passado Campos, 2º e Macaé, 3º.

⁷ Os empregos gerados nesses segmentos decorrem do desempenho de toda a atividade econômica e não especificamente da área de petróleo e gás, o que dificulta separar os empregos decorrentes da atividade petróleo e os consequentes dos demais setores.

neste ano, continuou intensa em 2016, -13.667 se estabilizando no primeiro semestre de 2017, a redução foi de apenas 977 postos de trabalho. Este valor projetado para todo ano representa pouco mais de 10% da redução ocorrida em 2015. No mesmo período, primeiro semestre de 2017, o Rio de Janeiro perdeu 66.364 postos de trabalho.

**Tabela 4 - Variação Anual do Número de Empregos Petróleo
Setores Selecionados**

Ano	Variação
2009	2.042
2010	4.369
2011	4.428
2012	9.175
2013	1.731
2014	1.221
2015	16.667
2016	13.267
2017 (1)	977

Fonte: site CAGED, visita em 02/07/18. (1) Jan/Jun

Silva (2012) argumenta que a estrutura produtiva fluminense carece de investimentos que possibilitem a diversificação produtiva em direção à ponta da indústria do petróleo, tendo em vista a reduzida participação estadual no chamado *downstream*. O autor adverte ainda que os setores mais pujantes da indústria fluminense têm lógicas de organização e de operação típicos de cadeias globais de valor, descoladas do desenvolvimento local/regional:

Os efeitos e “potencialidades” que as atividades ligadas às indústrias do petróleo, siderúrgica, automotiva e de construção naval apresentam para o desenvolvimento das regiões em que se inserem estão diretamente subordinadas às determinações e aos objetivos muitas vezes estranhos (...) às comunidades receptoras. (SILVA, 2012, p. 210).

Sobral (2013) pondera que, apesar das vantagens associadas à economia do petróleo e gás natural (enquanto principal frente de expansão industrial), as iniciativas não estão articuladas como um processo de industrialização estadual, nem integradas a um plano de desenvolvimento nacional.

Aparentes sinais de “sucesso” vem acompanhados de um rastro de vulnerabilidades potenciais, passíveis de se manifestar ao cessar o surto ou impulso cíclico positivo desencadeado por um conjunto de grandes investimentos(...). Apesar da relevância inegável de algumas atividades isoladamente, cabe lembrar que essa questão está associada a um processo de desindustrialização, ou seja, esgarçamento do tecido produtivo impedindo um forte crescimento sob liderança industrial. (SOBRAL, 2013, p. 207).

No intuito de discutir o padrão de desenvolvimento na economia fluminense, procurando identificar qual a qualidade do crescimento econômico e qual a estrutura necessária para assegurá-lo no longo prazo com consequente geração de emprego e renda, o autor já advertia para densidade “oca” da indústria fluminense. Entende por “estrutura oca” a que *“possui competitividade em alguns segmentos de excelência, mas fica fragilizada pela desarticulação de seu conjunto, não tendo, assim, uma razoável capacidade dinâmica própria”*. Sobral (2013, p.199)

Prefaciando obra de Sobral (2013), Osório salienta a perda de participação da economia fluminense no cenário brasileiro nas últimas décadas, também chamando atenção para os vazios na estrutura produtiva e a base rarefeita de arrecadação.

Entre 1985 e 2011, o estado do Rio de Janeiro, que apresentava, entre as unidades federativas, a segunda posição em termos de empregos formais na indústria de transformação, passa a apresentar a sexta posição, sendo ultrapassado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Nesse período, em termos do número de empregos formais no total das atividades econômicas, o Rio também perde a segunda posição para Minas Gerais. Na mesma direção, o estado do Rio perde para Minas Gerais, em 2004, a segunda posição em termos de receita de ICMS, por sua rarefeita base de arrecadação, fruto de uma estrutura produtiva basicamente “oca”. (OSÓRIO, 2013, p.14).

3.2 - A aposta em novas frentes

Como foi salientado na introdução do trabalho, os cofres do Estado do Rio de Janeiro estarão engessados para investimentos por cerca de mais uma década, considerando que ainda haverá incorporação na dívida dos juros e dos encargos não pagos, de empréstimos recentes⁸ e a inclusão do pagamento do serviço da

⁸ Para quitar dívidas com fornecedores, um novo financiamento de R\$ 3,05 bilhões foi solicitado pelo governo do estado em maio/2018.

dívida quando completarem os seis anos do Plano de Recuperação Fiscal. Isso representa quase o dobro do que se pagava antes da assinatura do Regime, e reforça a importância da recuperação da atividade produtiva como elemento gerador de novas receitas e dinamizador do ambiente de negócios.

Praticamente sem alternativas para se aumentar a arrecadação tributária, resta investir no incremento da atividade produtiva e, nesse sentido, o parque industrial fluminense continua sendo o elemento motriz na geração da inovação e dinamismo econômico. A sua expansão impactará positivamente para o incremento das atividades dos setores de comércio e serviços, com previsíveis transbordamentos para o turismo de negócios.

Tanto para os setores tradicionais, como confecção, têxtil ou alimentos, como para os dinâmicos, como químico, eletrônico ou sub-sea, a centralidade econômica do território, a capacitação de mão-de-obra, os centros tecnológicos, a logística oferecida e a proximidade do mercado seguem representando ativos consideráveis para a dinâmica dos investimentos produtivos.

No desafio atual da competitividade global, constata-se que a tecnologia avançou de forma irreversível no conjunto das atividades fabris, de forma que todos os segmentos devem investir maciçamente em **tecnologia e melhoria de produtividade** para sobreviverem comercialmente. Nesse sentido, sem descuido dos setores tradicionais, é importante se desenvolver um Plano Diretor visando definir ações voltadas para estimular a expansão no estado de empresas com DNA tecnológico, devendo ser estruturado um programa para induzir a criação de novas incubadoras e centros de produção de inteligência nas áreas de design, engenharia de produção, novos materiais, nano tecnologia, internet das coisas (IoT), big data, impressoras 3D, e inteligência artificial. O desenvolvimento de ações voltadas para a expansão das atividades tecnológicas igualmente beneficiará as empresas do setor tradicional da economia.

Além das corporações nacionais, deve-se pensar na possibilidade de se atrair empresas de base tecnológica sediadas no exterior, utilizando-se, para tanto, canais de prospecção convencionais que não impliquem em ônus financeiros como empresas multinacionais sediadas no Rio de Janeiro, câmaras de comércio, consulados, bancos multilaterais e empresas de consultoria com atuação global.

Um setor correlato, e também de suma importância para a estruturação do desenvolvimento regional é a **Logística**, que representa uma vocação histórica do Rio de Janeiro, a começar por sua localização privilegiada no epicentro geográfico da região de maior dinamismo econômico do país. Chamada de Rótula Logística nacional, esta área compreende portos e terminais marítimos, grandes aeroportos centrais e no interior, a maior densidade de rodovias pavimentadas, ferrovias de cargas e estações aduaneiras.

O Rio possui o terceiro mais extenso litoral do país, com 636 km e vários trechos de águas profundas e abrigadas, ideais para a operação portuária e para possibilitar a importação e exportação de bens de alto valor, garantindo a inserção do Brasil no comércio global. A atual rede logística do Estado inclui aeroportos e heliportos, malha ferroviária federal⁹ e cerca de 8 mil km de extensão de rodovias asfaltadas, que qualificam o Rio também como o caminho natural dos produtos oriundos de extensas regiões de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

São varias oportunidades que se apresentam para os investimentos privados em infraestrutura, especialmente nas concessões rodoviárias e ferroviárias. Vale mencionar também as oportunidades para o transporte de passageiros no interior fluminense que derivam da reativação dos Trens Turísticos Regionais.

A importância da Logística para o Rio de Janeiro é evidenciada na Tabela 4, com uma série histórica indicativa da arrecadação de ICMS derivada da nacionalização de cargas para a economia fluminense. Reflete o ingresso de mercadorias pelos portos, aeroporto e portos secos (EADI's) no Estado.

Tabela 5 – Logística ERJ: Receita da nacionalização de cargas

	Montante arrecadado com o ICMS proveniente da nacionalização de mercadorias importadas	Posição de arrecadação de ICMS da nacionalização de cargas frente às demais mercadorias	Peso do ICMS arrecadado pelo Estado na nacionalização de cargas importadas frente às demais arrecadações	Montante arrecadado com o ICMS sobre operações de carga
2008	3.097.745.856	2º	17,51%	198.146.382
2009	2.754.749.619	4º	14,80%	237.396.646
2010	3.712.133.561	3º	16,80%	248.246.836

⁹ A malha de cargas no Estado tem extensão de 1.200 km, com uma densidade de 0,027 - Índice obtido por km de vias férreas / km² área territorial (base de dados ANTT), a mais densa do país.

2011	3.977.677.914	3º	16,03%	283.609.772
2012	4.745.585.263	3º	17,63%	295.349.842
2013	6.040.700.000	3º	19,60%	332.500.000
2014	5.768.700.000	3º	18,42%	321.700.000
2015	4.820.569.606	3º	15,02%	301.257.600
2016	3.166.810.155	5º	10,17%	446.298.041

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda, valores constantes em R\$ 1,00.

4 – Virando o jogo: Nova gestão para retomada do crescimento

O que até agora foi exposto indica que qualquer proposta para reversão da situação fiscal do Rio de Janeiro há que levar em consideração (a) as restrições orçamentárias do Estado, (b) a subordinação aos limites impostos pelo Plano de Recuperação Fiscal e (c) que após o término do período de prorrogação do Plano de Recuperação Fiscal, em 2023, o resíduo gerado decorrente da redução do valor das amortizações da dívida do estado junto à União será incorporado ao saldo devedor, o que sinaliza maior comprometimento do orçamento com a dívida futura.

Cumprir salientar que o texto do Acordo assinado com a União considera a possibilidade de que algumas medidas poderão não se viabilizar, o que faz aumentar a importância de se incrementar a receita tributária através de ações voltadas para atração de novos investimentos, notadamente porque a maioria das propostas constantes no Plano visam a redução das despesas de custeio e pessoal e incremento da receita tributária, via aumento das alíquotas de ICMS, e que deverá encontrar forte resistência por parte do funcionalismo e da classe empresarial.

Não resta dúvida que a necessidade premente é uma ampla reestruturação do modelo anacrônico que quase sempre norteou a governança do Estado, em direção a uma estrutura administrativa com modernas práticas de gestão pública, o que contempla a utilização maciça de TI visando agilizar e desburocratizar os processos administrativos voltados para estreitar o relacionamento com as prefeituras e área empresarial.

A proposta a seguir não implica em aporte de recursos por parte do Estado, a não ser as despesas admitidas pelo Acordo. As ações se desenvolverão, sempre

que possível, através do estabelecimento de parcerias e da viabilização de recursos financeiros não exigíveis, junto a fundos federais ou de entidades não governamentais internacionais.

Assim é que, para um avanço significativo especificamente focado na melhoria do ambiente de negócios em prol da atratividade e manutenção de investimentos para o Rio, e considerando as potencialidades descritas no Capítulo 3, propõe-se a criação de uma **estrutura de governança** para a área de desenvolvimento econômico, alicerçada em um tripé organizacional, com funções complementares entre si, como se segue:

a) **Secretaria de Desenvolvimento, Logística e Inovação**

As diversas formas de apoio concedidas pelo governo estadual as empresas ou prefeituras estão fragmentadas em diversas secretarias e nem sempre existe boa integração operacional entre elas. No presente, a competitividade do mundo corporativo se pauta em conhecimentos multidisciplinares, não mais estratificados em conhecimentos específicos. Nesse sentido, é oportuna a criação de uma Secretaria com perfil operacional mais abrangente, envolvendo as diversas áreas do governo que influenciam a atividade econômica, como apoio creditício, assessoria empresarial, levantamento, processamento e análise de dados econômicos, geolocalização e comércio internacional.

A aglutinação de pelo menos três pastas atuais nessa nova Secretaria representa redução de gastos, com nítidos ganhos em eficácia, complementando áreas afins e evitando ações redundantes. Os quadros técnicos com larga experiência em gestão para o desenvolvimento econômico se encontram à disposição nas empresas públicas do estado, autarquias e fundações, podendo se juntar a novos gestores públicos concursados, que aportam nova visão e conhecimentos.

b) **E- Governo**

O E-Governo, também conhecido como governo digital, utiliza a tecnologia da informação e da comunicação para ajudar os governos a se tornarem mais acessíveis para os constituintes, melhorar seus serviços, eficiência, e tornar-se mais conectados as outras partes da sociedade.

Uma postura organizacional menos reativa na política pública de fomento ao desenvolvimento deve considerar que a tecnologia e inovação se fazem presentes em todas as áreas, incluindo as atividades do setor tradicional. Trata-se de aproximar de forma eficiente, com baixo custo, a estrutura de apoio governamental com os diversos agentes do interior envolvidos na função desenvolvimento - prefeituras, entidades empresariais, empresas, centros tecnológicos e universidades - e disponibilizar produtos customizados, de acordo com direções estratégicas identificadas,

As *smart cities*, ou cidades inteligentes, se definem pelo uso da tecnologia para melhorar a infraestrutura e tornar os centros urbanos mais eficientes e melhores de se viver. Da mesma forma, os estados precisam contar com soluções modernas e inteligentes, notadamente o Rio de Janeiro, que conta com o handicap de reunir no seu território importantes empresas de Tecnologia da Informação, universidades e centros de pesquisa.

Soluções tecnológicas de baixo custo e sem complexidades de implantação estão disponíveis em centros de pesquisa, incubadoras de empresas e entidades governamentais, como o INPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e IBGE, ou podem ser desenvolvidas, no conceito de inovações frugais, devidamente orientadas para as áreas mais críticas do desenvolvimento regional, tendo por foco as diversas fases do processo produtivo, como atendimento à distância, definição da melhor alternativa locacional para a realização do investimento, novas fontes energéticas na agropecuária, técnicas de aproveitamento hídrico, logística reversa etc. Trata-se aqui da utilização de softwares – disponíveis – de geoprocessamento, de simulação e de gestão de processos, entre outros.

Ademais, a T.I. amplia a transparência da ação governamental (*accountability* e *business intelligence*), e a disponibilidade de indicadores para potenciais investidores, para micro e pequenos empresários e para a sociedade em geral.

c) Conselho de Desenvolvimento Empresarial

A criação de um Conselho formado por entidades empresariais e governamentais estaduais e federais que atuam na área de fomento empresarial assume maior dimensão quando é estruturado para um Estado que se depara com rigorosas restrições financeiras e fiscais.

Nesse sentido, o poder de articulação e *network* das entidades irá se constituir num valioso capital para viabilizar projetos selecionados. O Conselho teria por atribuição propor, avaliar, discutir e priorizar propostas para fomentar o desenvolvimento setorial e regional, e os planos e projetos de infraestrutura.

De fato, não é pela ausência de Planos e Programas cuidadosamente formulados que faltam as intervenções necessárias e o conhecimento das prioridades. Desde os Planos Diretores para municípios e regiões até Planos Estratégicos Setoriais, há um vasto acervo de informações e dados que, geralmente, adormecem nas prateleiras do executivo estadual, por não terem caráter mandatório ou musculatura institucional para sua implantação.

- A nova estrutura de governança pressupõe **linhas de ação** voltadas para a pró-atividade e resultados. Não se trata de adotar modelos organizacionais que já foram amplamente tentados, a exemplo do “choque de gestão”, “governo matricial” etc, sem o efetivo compromisso orçamentário com prioridades e sem a coesão e o direcionamento preciso das ações pela administração pública estadual. Assim é que a agenda estratégica ora proposta se concentra em cinco **funções** primordiais, a saber:

1 – Ampliar o alcance da captação de recursos

O vasto conjunto de opções de linhas de financiamento não reembolsável existentes no Brasil e, principalmente, no exterior, ainda é pouco conhecido e divulgado no Estado. É fundamental identificar os programas de apoio existentes, analisar os setores prioritários e as condições de elegibilidade etc. para esse conjunto que se compõe de fundos federais, linhas de órgãos bilaterais ou multilaterais de financiamento, fundações, bancos de investimentos via debêntures, etc. A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão elenca diversas entidades multilaterais que concedem apoio financeiro para várias áreas de atividades.

Paralelamente, o governo pode identificar entidades multilaterais que concedem apoio aos projetos do Terceiro Setor, além de orientar as Organizações no processo de elaboração das propostas de solicitação de apoio financeiro.

2 - Estimular a sociedade a comprar produtos e serviços “Made In Rio”

São três as vertentes consideradas: a primeira tem como foco as compras realizadas pelo governo estadual obedecendo a legislação que rege as licitações públicas, o que remete a necessidade de se desenvolver um Programa voltado para a capacitação das empresas fluminenses (acordos SEBRAE, INT, FINEP, MCT, FIRJAN, dentre outros) de forma possibilitar que participem dos certames licitatórios em condições de competitividade frente às empresas das demais unidades federativas. A segunda vertente visa estimular o consumidor a adquirir produtos ou serviços de empresas sediadas no estado, mostrando que ao praticar esta ação, estará contribuindo para reduzir o desemprego e viabilizar recursos para melhorar as condições das escolas, creches e hospitais públicos, etc. Por último, com apoio das entidades empresariais e prefeituras, seria promovido o fomento de negócios entre empresas do estado, uma espécie, de fato, de Mercado Comum Fluminense. A FIRJAN conta com um Programa nessa linha, bem como o governo do estado através do Compra Rio.

3 - Priorizar o encaminhamento da PEC – Petróleo e Energia Elétrica

Uma governança pró ativa pressupõe alinhar os esforços do executivo estadual com as frentes parlamentares.

Liderada pela bancada de São Paulo, a Constituição de 1988 isentou da cobrança de ICMS na geração de energia elétrica e na produção de petróleo, únicos insumos nos quais constitucionalmente não pode haver incidência do tributo (nos demais, como papel de jornal, a não incidência de ICMS se fez por lei ordinária). Em dezembro de 2016, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do

Rio de Janeiro elaborou um estudo mostrando que caso incidisse ICMS na produção de energia elétrica, o Rio teria uma receita adicional de R\$ 872 milhões e, no caso do petróleo, o ganho tributário seria igual a U\$10,7 bilhões decorrente da produção de diária de 1.559.000 barris/dia (hoje 1.820.000 barris/dia), comercializados a época a U\$50 o barril (hoje U\$75) com o dólar cotado a R\$3,50 (hoje, R\$3,80). Considerando os valores atuais, a perda do Estado é superior a U\$15 bilhões/ano, equivalentes a R\$57 bilhões. De acordo com a SEFAZ RJ a arrecadação de impostos em 2017 (ICMS, IRRF, IPVA, ITD e FECPE) foi igual a R\$29,8 bilhões.

A Proposta de Emenda Constitucional visa alterar o texto do artigo Art. 155, § 2º, X, b da Constituição Federal que excepcionalmente não tributa ICMS sobre o petróleo e geração de energia elétrica nos estados de origem, mas apenas onde o consumo é realizado. Argumentos não faltam para justificar que a produção de petróleo e a geração de energia elétrica devem contar com o mesmo tratamento concedido aos demais produtos e serviços tributados com ICMS. Importante destacar que a PEC contaria com o apoio dos estados prejudicados pela não cobrança do ICMS. No encontro de contas dos saldos do valor do ICMS que incide na energia elétrica e petróleo, verifica-se que dezessete estados seriam beneficiados, e é este o capital político que o Rio de Janeiro poderá contar para iniciar na próxima legislatura o processo visando a aprovação da PEC.

4 - Viabilizar projetos de melhoria da logística de transporte de cargas

Para pavimentar o desenvolvimento desejado no território fluminense, é urgente realizar gestões junto ao governo federal para melhorar os acessos rodoviários e aquaviários aos portos.

Garantir melhor nível de qualidade das rodovias é essencial para reduzir o tempo de transporte de cargas e custos relacionados, além de proporcionar maior segurança. Essa melhoria pode se dar com o programa de concessão das rodovias, trazendo o investimento privado, em diferentes modalidades de participação (concessão patrocinada, “caipira”, etc). Para a malha ferroviária, a prioridade é a construção da ferrovia EF-118 (Rio-Vitória), de modo a integrar os complexos portuários do Rio de Janeiro e do Espírito Santo às malhas ferroviárias do Sul

Fluminense (com acesso a São Paulo, Minas Gerais e à Região Centro-Oeste) e à Estrada de Ferro Vitória–Minas – o que permitirá acesso à Região Nordeste.

Outra frente de ação na logística é o aumento do número de autorizações para rotas de voo nacionais e internacionais, bem como a expansão da rede de aeroportos regionais, com o objetivo de aumentar a capacidade de movimentação de cargas e melhorar a competitividade frente a outros aeroportos do país.

5 - Criar Novas Fronteiras do Desenvolvimento

A presente proposta visa estimular a implantação de projetos nas regiões do interior que ofereçam boa logística, vocação empresarial e baixo índice relativo de criminalidade. Leva em consideração a necessidade de se reduzir os desequilíbrios econômicos existentes entre o interior e a Região Metropolitana, notadamente o município do Rio de Janeiro. Adicionalmente, a medida possibilita oferecer ao investidor opção de localização no Estado, caso julgue que a área metropolitana não oferece condições adequadas às exigências da empresa.

A criação dos novos espaços empresariais se daria através de parcerias com empresas voltadas para a construção de condomínios logísticos e industriais, motivando-as a instalar esses projetos nos polos de desenvolvimento priorizados. Em troca, o governo ofereceria um pacote serviços de apoio, tal como: participar da prospecção e atração de investimentos no Brasil e exterior, colocar à disposição dos Condomínios a sua estrutura voltada para o fomento empresarial, incluindo linha de crédito da Agência de Fomento, além de firmar parceria com Banco de primeira linha objetivando atender empresas cujo montante de crédito esteja acima do teto que pode ser disponibilizado pela Agerio. Além disso, o governo orientaria as empresas no processo de aprovação dos seus projetos no Inea, Light, Jucerja, Feema etc.

A proposta de comunicação com as entidades e prefeituras do interior tem por base a comunicação virtual através do e-gov, o que não significa que não seja importante se contar com um ou mais interlocutores nos diversos municípios para dar sequência às demandas e, igualmente, interagir presencialmente, sempre que necessário, com a estrutura governamental responsável pelo desenvolvimento das ações no interior. Esses interlocutores se constituiriam no embrião das Redes de Desenvolvimento Regional a ser criadas no interior.

Conclusão

O economista Mário Henrique Simonsen afirmava que “*o déficit público não é de caráter orçamentário. O déficit público simplesmente não tem caráter*”. Esse aforisma pode ser apropriado à conclusão desse trabalho, na medida em que tantas causas, e de tão variadas matizes, contribuíram para a instalação do colossal déficit nas contas públicas do Rio de Janeiro, sem perspectivas em curto prazo de superação pelas receitas, de forma a garantir os investimentos tão essenciais para o Estado.

Tratou-se aqui de analisar os principais aspectos que contribuíram para essa crise sem precedentes, seus impactos atuais e as perspectivas de superação, com foco nas perspectivas de receita decorrentes da atividade produtiva. Nesse sentido, face ao engessamento dos cofres estaduais para investimentos ou mesmo participações em parcerias (fundos de aval etc), é fundamental que a ênfase seja dada à imediata e plena recuperação do ambiente de negócios no estado.

Os efeitos da crise estão a exigir extremo rigor na gestão das contas estaduais, e para muitos fiscalistas e defensores do estado mínimo, o momento é apropriado para um drástico enxugamento da máquina pública, resguardando tão somente as áreas essenciais de sua atuação social. A proposta desse documento não coaduna com essa visão reducionista, entendendo que, se por um lado é imperiosa a contenção de despesas, sobretudo na conta previdenciária, é igualmente fundamental estimular o crescimento econômico, gerador de renda e emprego, notadamente em se tratando do Rio de Janeiro, que abriga um dos maiores parques produtivo, logístico e científico do país.

Nessa direção, propõe uma nova estrutura de governança que simplifica e direciona processos de importância estratégica para o desenvolvimento econômico fluminense, na certeza de que o êxito de qualquer desenho inovador ou solução criativa depende fundamentalmente de uma nova mentalidade dos mandatários na administração estadual.

Referências Bibliográficas

HASENCLEVER, Lia; Paranhos, J. e Torres, R.; *Desempenho Econômico do Rio de Janeiro: Trajetórias Passadas e Perspectivas Futuras*. In DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 3, 2012. pp. 681 a 711.

OSÓRIO, M. *Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

_____ ; in SOBRAL, Bruno L. B.; *Metrópole do Rio e projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

QUEIMADOS é o município mais violento, aponta estudo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 junho 2018. p. 9.

RELATÓRIO de Conjuntura nº 04. *Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil*. Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Brasília, Junho/2018.

RELATÓRIO de gestão fiscal in www.transparencia.rj.gov.br. Visita em 13/06/18

SILVA, Robson Dias da. *Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

SITE do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Ministério do Trabalho. www.trabalho.gov.br/trabalhador-caged

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. *A falácia da 'inflexão econômica positiva': algumas características da desindustrialização fluminense e do 'vazio produtivo' em sua periferia metropolitana*. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, v. 01, 2013.

VIOLÊNCIA urbana no Rio intensifica efeitos da recessão em <http://www.sindilojas-rio.com.br>